

ANTROPÔNIMOS E OUTRAS ÁREAS

[...] pois uma personagem pode ter diversos nomes, conforme o caso, pode ser designada pelo primeiro nome, pelo apelido, pelo sobrenome ou pelo patronímico e, também, por coisas como 'a viúva de Jan' ou 'o atendente do cerealista'. Mas o que importa são os detalhes físicos que o romance sublinha, as unhas ruídas de Bronko, a pelagem nas faces de Brigd, assim como os gestos, os utensílios manejados por um e outro, o martelo de carne, o escorregador de agrião, a espátula de manteiga, de modo que toda personagem receba uma primeira definição segundo seu gesto ou atributo, ou melhor, é sobre isso que se deseja obter mais informações, como se a espátula de manteiga já determinasse o caráter e o destino de quem no primeiro capítulo manipula um utensílio desses, e como se, a cada vez que a personagem reaparecesse no curso do romance, você, Leitor, se preparasse para exclamar: 'Ah, é aquela da espátula de manteiga!', forçando assim o autor a atribuir-lhe atos e eventos relacionados a essa espátula inicial.

Italo Calvino

(Se um viajante numa noite de inverno)

Ao longo deste capítulo, apresentamos maneiras alternativas de se estudar os antropônimos, para além do foco adotado nos capítulos anteriores, de caráter mais linguístico. Quando um estudo é feito de modo unidisciplinar, o referencial teórico, a metodologia e os objetivos estão totalmente conforme o que já se estabeleceu numa disciplina específica, no nosso caso, a Linguística, em seus diferentes modelos teórico-metodológicos. Quando o estudo apresenta uma natureza multidisciplinar, uma disciplina é auxiliada por outra, mas não há um enriquecimento epistemológico ou teórico recíproco. Se o estudo é interdisciplinar, as relações são bidirecionais e ambas as disciplinas se enriquecem (SEIDE, 2016b). É este enriquecimento mútuo que caracteriza as pesquisas apresentadas neste capítulo, que se centra no uso ficcional dos nomes próprios de pessoa e na escolha antroponímica em contextos migratórios.

8.1 ANTROPÔNIMOS E LITERATURA

A Antroponomástica literária se volta ao estudo dos antropônimos fictícios que são criados em obras literárias. Nos estudos voltados à crítica literária, esse estudo costuma ser parte das análises literárias e, frequentemente, se atrela ao estudo de como determinado autor caracteriza determinada personagem. Do ponto de vista da Linguística, interessa saber se e como a criação e o uso desses nomes são diferentes dos antropônimos reais. Ao longo desta seção, são descritos alguns usos de nome ficcionais em comparação com os nomes reais, com base na noção linguística de norma e, ao final, refletimos sobre as especificidades do estudo da antroponímia ficcional.

A norma, nível de abstração intermediário de descrição linguística proposto por Coseriu (1967), procura dar conta, também, dos usos literários da linguagem. A norma literária pode ser entendida como a norma de um autor ou a norma de uma época ou escola literária. Assim como na descrição de usos não literários, é comum a existência de várias normas concomitantes; na literatura, quando surge uma nova escola literária, o que ocorre não é a mudança abrupta do gosto estético, mas sim uma norma que, a princípio, é secundária e limitada a um autor ou a um grupo minoritário de autores que vai se tornando, a partir de um dado momento, uma norma hegemônica. No caso de obras de transição, inclusive, há a existência simultânea de características da escola vigente e daquela que está surgindo.

Outra consideração necessária diz respeito à peculiaridade da linguagem literária, toda ela baseada no poder simbólico da linguagem. A capacidade criadora da linguagem tão bem percebida e potencializada pelos literatos é o que motiva a comparação clássica entre o divino e o artístico e o dito segundo o qual a arte imortaliza. Sobre esse assunto, Osman Lins afirma, numa espécie de epígrafe a uma subseção ou *mistério* do conto “Retábulo de Santa Joana Carolina”:

Duas vezes foi criado o mundo: quando passou do nada para o existente; e quando, alçado a um plano mais sutil, se fez palavra. O caos, portanto, não cessou com o aparecimento do universo; mas quando a consciência do homem, nomeando o criado, recriando-o portanto, separou, ordenou, uniu. A palavra, porém, não é o símbolo ou reflexo do que significa, função servil, e sim o seu espírito, o sopro na argila. Uma coisa não existe realmente enquanto não nomeada [...], a palavra, sendo o espírito do que – ainda que só imaginariamente – existe, permanece ainda, por incorruptível, como o esplendor do que foi, podendo, mesmo transmigrada, mesmo esquecida, ser reintegrada em sua original clareza. Distingue, fixa, ordena e recria: ei-la (LINS, 1994, p. 98).

Nessa epígrafe, Osman Lins chama a atenção, em primeiro lugar, para o poder recriador da palavra, cuja posse possibilita ao homem organizar o caos do universo. O artista, detentor do poder da palavra, cria ou recria o mundo: se Deus é o criador do universo, o artista o recria para representá-lo. O poder simbólico da arte também cria o que não existe. No caso da arte literária, a palavra não espelha o mundo como se fosse um reflexo do mundo, ela cria um mundo imaginário, por isso a palavra é “o sopro na argila”, o “espírito do que [...] só imaginariamente [...] existe”. A linguagem literária cria personagens, pessoas que só existem no mundo inventado pelo artífice da palavra. Enquanto, no mundo real, o aparecimento do ser acarreta a necessidade do registro que o faz ingressar na ordem do humano, no mundo fictício, o nome é responsável pela introdução da personagem na obra literária num papel destacado e específico, diferentemente dos casos nos quais uma personagem não tem nome, enquanto outras são nomeadas ou quando nenhuma personagem é nomeada.

Esta seção, conforme adiantado, trata da nomeação de personagens na literatura. Sobre esse tópico, descrevem-se, a seguir, como ilustração e não com a pretensão de esgotar o assunto ou fazer pesquisa minuciosa sobre determinado autor ou época, diferentes possibilidades observadas em textos literários: usos baseados na etimologia dos nomes; usos baseados na norma linguística e usos transgressores da convenção linguística. Também serão analisados, a partir de Kempinska (2011), exemplos contidos na obra de Paulo Leminski.

8.1.1 Usos baseados na etimologia

Em muitas obras literárias, os nomes das personagens, aí incluídos todos os tipos de nome: prenome, sobrenome, apelidos, etc., são escolhidos pelo autor com base no seu significado etimológico, motivo pelo qual a análise etimológica desses nomes revela informações importantes para a caracterização das personagens e, às vezes, até para o desvendamento do desenvolvimento do enredo. Nesses usos etimológicos, se o leitor conhece a etimologia dos nomes, algo lhe é revelado sobre as características da personagem, inclusive quando o significado etimológico vai de encontro às características da personagem.

Um exemplo de uso baseado na etimologia pode ser encontrado no estudo empreendido por Câmara (2007) sobre como Machado de Assis nomeia suas personagens. Em seu artigo, dedicado a nomes de personagens em *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, a autora explicita o funcionamento literário dos antropônimos nos seguintes termos:

[...] o artista nomeia os personagens da maneira como o faz ou por apresentar uma sensibilidade linguística apurada, ou por proceder a um batismo, mais, ou menos, intencional. A percepção e a apreensão desse instrumento possibilitaram aquilo que se deve chamar de leitura sensível, podendo mesmo o leitor desconfiar da gratuidade da presença de certas escolhas feitas pelo autor [...] Intenção e linguagem passam, pois, a estabelecer um forte elo, numa estreita relação entre conteúdo e forma. Apresentar o personagem só pelo prenome, só pelo sobrenome, pelo nome completo, pelo hipocorístico constitui traço revelador das intenções do autor (CÂMARA, 2007, p. 3).

Referindo-se especificamente às obras machadianas, Câmara parte do pressuposto de que:

[...] nomear um personagem não é um procedimento aleatório no texto machadiano. A escolha do nome, ao contrário, faz-se, conscientemente ou não, em função do papel que o autor lhe destina. O nome próprio passa, então, a ser mais um ponto observado pelo leitor, cabendo a este perceber e decodificar as diversas intenções possíveis, de modo a processar, de forma adequada, as informações nele contidas (CÂMARA, 2007, p. 3).

Câmara mostra que, nas obras estudadas, a relação entre as características da personagem e o nome ou nomes pelas quais é nomeada pode dar-se de duas formas: pelo símile ou pela ironia.

No primeiro caso, há convergência entre o significado etimológico e as peculiaridades do portador do nome; no segundo, há uma inversão irônica. Como exemplo da primeira possibilidade, pode ser citada a semelhança total entre o nome e as características de Capitu:

[...] hipocorístico de Capitolina, traz, em sua personalidade, marcas explícitas do conteúdo significativo de seu nome. À semelhança dos deuses soberanos, que usavam como recurso o dom da arte e da astúcia, capaz de cegar, de ensurdecer, de paralisar os adversários e de arrebatá-los [...], Capitu usava a astúcia e a dissimulação como forma de dirigir sua vida e, aos olhos de Bentinho, tal procedimento beirava a fronteira da falsidade, algo que não era de todo confiável (CÂMARA, 2007, p. 5).

Para melhor entendimento de sua análise, é preciso retomar o significado etimológico de *Capitulina*. Segundo Guérios, este prenome remonta ao cognome romano utilizado como epíteto de Júpiter, *Juppiter Capitolinus*, por este deus ser adorado no Capitólio (GUÉRIOS, 1981, p. 85). Saber este significado remete o leitor à mitologia romana e a comparar as características de Júpiter com as de Capitu.

Outro nome de personagem com características convergentes com o étimo citado por Câmara é o de Lobo Neves, cujo significado etimológico ativa os semas de animalidade, ferocidade e frialdade (CÂMARA, 2007, p. 4).

Um exemplo de relação irônica é o da personagem do primeiro amor do protagonista de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Virgília, cujo significado etimológico é o de:

“a virgem, a cândida, a pura” [que], foi, ironicamente, o grão pecado da juventude de Brás. Pureza e pecado, uma relação paradoxal, bem expressa o perfil psicológico da personagem, um “diabrete angélico”, no dizer de Brás. A facilidade de dissimular, de disfarçar marca, de forma categórica, o personagem em questão (CÂMARA, 2007, p. 4).

Outro exemplo, entre os citados, é o da personagem Eugênia:

Eugênia, a “flor da moita”, ironiza o significado de seu nome. Tal prenome provém do grego “de origem nobre, de alto nascimento”, acrescida a idéia de “ciência que estuda as condições mais propícias ao aprimoramento da raça”, identifica um ser que resulta de um relacionamento não reconhecido socialmente entre Dona Eusébia e Dr. Vilaça, mais próxima da condição de bastarda do que da situação de alguém nobre de nascimento, além de ser coxa de nascença, sem, desse modo, aprimoramento da raça (CÂMARA, 2007, p. 4).

Os usos de nomes de personagens ora descritos mostram casos nos quais a escolha é etimologicamente motivada, haja convergência, haja ironia entre as características da personagem e o significado etimológico do nome escolhido. Os usos baseados na etimologia não se restringem a Machado de Assis nem ao Realismo e configuram a forma canônica e tradicional de se nomear personagens fictícias.

Outra norma surge de usos nos quais a escolha é motivada por uma intenção de mimetizar os nomes vigentes na época e o lugar de ambientação da obra literária, conforme se mostra a seguir.

8.1.2 Usos baseados na norma linguística

Os usos baseados na norma linguística pretendem reproduzir, na obra literária, os usos vigentes, estratégia que ajuda a criar a verossimilhança do texto literário. Há que se ressaltar, contudo, que a pesquisa desta norma requer que possa ser feito um paralelo entre o uso real e o uso fictício dos nomes de pessoa. Infelizmente, a falta de estudos antropônimos sistemáticos no Brasil dificulta a realização deste tipo de estudo na Literatura Brasileira. Não é este o caso da literatura de língua inglesa: há, nos países anglófonos, uma longa tradição de estudos antropônimos em geral e estudos voltados à antroponímia literária em particular. Ao longo desta seção, apresentam-se alguns resultados de pesquisas de Alastair Fowler sobre a literatura inglesa.

Segundo Fowler (2008), diferentemente dos nomes usados na vida real, os nomes literários não são herdados, eles precisam ser descobertos ou inventados. Para transpor este obstáculo, muitos escritores escolheram nomes a partir de listas preexistentes. Este costume não é recente. Remonta de William Shakespeare, que se inspirou na obra *Remains*, de William Camden, a Charles Dickens, que elaborava listas de nomes com várias alternativas. Um exemplo recente desta utilização é o de Henry James, que costumava elencar nomes que apareciam no jornal *The Times* para futura utilização em seus romances (FOWLER, 2008, p. 99).

Ainda que haja autores cujos nomes de personagens sejam morais ou lendários, outros como Fielding e Samuel Richardson usam nomes fictícios que estão relacionados com a contemporaneidade de cada autor. A fim de evidenciar esta tese, Fowler argumenta que, na tragédia grega, os nomes das personagens eram simples em obediência a uma convenção: na Antiguidade, os atenienses usualmente tinham apenas um nome, assim como os nomes das personagens cômicas de Aristófanes, segundo estudos empreendidos por Anne Barton (BARTON, 1990 *apud* FOWLER, 2008).

Também obedecendo à convenção então adotada, a ficção elizabethana está repleta de nomes completos. Fundamentado em pesquisas sobre antroponímia medieval, afirma o pesquisador que a mesma situação ocorria naquela época – os nomes fictícios mimetizando os nomes reais: num condado inglês, por exemplo, foram registradas seis pessoas chamadas *Ribald* (FOWLER, 2008, p. 101).

Segundo demonstram suas pesquisas, nos séculos XVI e XVII, também havia nomes fictícios forjados nos moldes dos nomes reais, mesmo que, hoje em dia, eles pareçam ter sido inventados:

Quase todos os nomes puritanos em Jonson vieram da vida real. Tanto que *Zeal of the Land* é próximo do nome da obra de Bardsley *Zeal for God* (com a utilização de “com Deus” para aplacar os censores). Tais nomes são hoje vistos como invenções alegóricas, mas muito da vida real era alegórico no século XVI. Camden lista *Mauger, Original e Imago saeculi*, além de *Faith, Fortitude, Grace e Temperance*: todos como eram realmente utilizados¹ (FOWLER, 2008, p. 101-102).

¹ No original: “Almost every Puritan name in Jonson came from real life. Thus, *Zeal of the Land* is close to Bardsley’s *Zeal for God* (with ‘God’ replaced to placate censors). Such names now seem allegorical inventions; but much of real life was allegorical in the sixteen century. Camden lists *Mauger, Original, and Imago saeculi*, besides *Faith, Fortitude, Grace, and Temperance*: all as actually used”.

Após tratar de nomes de personagens em obras recentes, em que a escolha dos nomes se pautava por outros critérios, conclui Fowler que é arriscado generalizar, afirmando que:

[...] quando as modas e as convenções de nomeação mudam ao longo do tempo, com elas mudarão o uso dos nomes na literatura. Pode-se dizer, pelo menos, que os nomes literários têm, frequentemente, funções estratégicas, organizando temas e associações e fornecendo uma interface entre os mundos fictícios e históricos² (FOWLER, 2008, p. 112).

A impossibilidade de generalização tem a ver com o fato de a escolha de nomes fictícios não se pautar por uma única norma. Na subseção anterior, foram descritos usos etimológicos de nomes fictícios, nesta foram apresentados usos pautados pela convenção linguística contemporânea à obra. Na seção seguinte, são apresentados usos transgressores da convenção linguística.

8.1.3 Usos transgressores da convenção linguística

Em seu artigo “Nomes próprios em Paulo Leminski”, Olga Kempinska, professora de Literatura da Universidade Federal Fluminense (UFF), mostra que o autor curitibano rompe as fronteiras existentes entre os nomes próprios e os nomes comuns ao expor os primeiros a mutações gráficas e semânticas que resultam na debilitação, parcial ou total, da capacidade de os nomes próprios identificarem e classificarem os seres a que se referem, capacidade por ela chamada de “economia de identificação e de classificação” (KEMPINSKA, 2011, p. 245).

Ela assim diferencia os usos do antropônimo na vida cotidiana e na literatura em prosa da seguinte maneira: enquanto, no cotidiano, há univocidade do uso do antropônimo, uma vez que o nome se refere de modo unívoco a um ser único, na prosa, o antropônimo é o lugar “do questionamento da continuidade” do processo de referência (KEMPINSKA, 2011, p. 245).

Entendemos que a continuidade da referência é consequência de se pressupor que os nomes próprios sejam unívocos, em um determinado universo, isto é, façam referência a um único indivíduo no mundo, desde que um gesto batismal tenha atribuído dado nome próprio a determinado sujeito, continuidade que garante a referenciação ao longo do processo narrativo.

² No original: “When fashions and conventions of naming change over time, and with them the use of names in literature. But at least we can say that literary names have often strategic functions, organising themes and associations, and providing an interface between fictive and historical worlds”.

Outras características prototípicas citadas por Kempinska são as de apresentarem sentido literal, serem totalmente distintos dos nomes comuns, não havendo ambiguidade entre eles (KEMPINSKA, 2011, p. 238); serem, os nomes próprios, semanticamente opacos (KEMPINSKA, 2011, p. 237); além de serem facilmente identificados pelo uso de letra inicial maiúscula (KEMPINSKA, 2011, p. 239). Outra característica importante dos nomes próprios está na diferenciação entre nomes de pessoas em geral, nomes de autores, pseudônimos utilizados por autores e nome próprio de personagens (KEMPINSKA, 2011, p. 242). Para uma descrição mais aprofundada e detalhada sobre as características e os tipos de nomes próprios de pessoas, remetemos o leitor ao capítulo 3 deste livro, dedicado à tipologia dos nomes próprios de pessoas.

Kempinska fundamenta sua concepção de nome próprio prototípico, cotidiano, normal, com os estudos de Lévi-Strauss sobre o assunto. Para Lévi-Strauss, a nomeação, além de servir para identificar o nomeado, revela algumas características do nomeador:

A escolha, parece, só está entre identificar o outro, determinando-lhe uma classe, ou, a pretexto de lhe dar um nome, identificar-se a si mesmo através dele. Portanto, nunca se nomeia, classifica-se o outro, se o nome que se lhe dá é função das características que possui, ou classifica-se a si próprio, se acreditando-se dispensado de seguir uma regra, nomeia-se outro “livremente”, ou seja, em função dos caracteres que se possui (LÉVI-STRAUSS, 1977, p. 204, *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 235).

Conforme mostra a análise de Kempinska, Leminski tenta minimizar a capacidade classificatória dos antropônimos, enumerando-os de modo aparentemente aleatório, mas com o cuidado de misturar nomes reais, nomes fictícios, nomes familiares e nomes comuns, mescla cujo efeito de sentido está baseado na capacidade de os usuários do idioma distinguirem vários tipos de antropônimos, conforme a categoria que é alvo da referência estabelecida por cada um.

Esta técnica de mesclar vários tipos de antropônimos e confundi-los com nomes comuns é feita através da enumeração – uma enumeração feita para ordenar de modo a extinguir seu caráter único, encenando sua permutabilidade (KEMPINSKA, 2011, p. 236). Essa técnica foi utilizada no romance *Agora é que são elas* (LEMINSKI, 1984), no trecho em que o narrador elabora uma lista de convidados para o seu suicídio:

Deste lado, os entes imaginários mais queridos, mamãe, papai, o professor Propp, tia Verônica, a doutora Margaret, a namorada do Marcelo, as irmãs Consuelo, o filho do seu Djalma, o Eusébio e a Sheila e toda a família de Mário. Isso sem falar nos Tavares

de Lima, nos Cabral de Mello, nos Cavalcante Proença, os da Silva Ramos, os Pereira Carneiro, os Leitão da Cunha, os Loyola Brandão, isso sem falar naqueles outros lá, que estão olhando, com uma cara pedincha, esperando entrar na lista a qualquer momento.

Deste lado, as pessoas de carne e osso: King-Kong, Bruce Lee, Greta Garbo, O Homem Que Ri, O Velho E O Mar, Jesse James, Erik Leif o Vermelho, Madame Bovary, Hugh Selwyn Mauberley, Moby Dick, El Cid, Kublai Kã, Corisco, Rett Butler, Gregory Peck, Rrose Sélavy, a hipótese, Drácula, a medusa. D. Sebastião, o quadrado da hipotenusa, a felicidade universal, things like that. (LEMINSKI, 1984, p. 36 *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 234).

Outra técnica descrita pela professora de literatura joga com a motivação semântica dos antropônimos. Seu uso pode dar-se em duas direções: de um lado desapropria os nomes, tornando-os comuns, de outro, é criada uma motivação fictícia do nome próprio (KEMPINSKA, 2011, p. 236).

A técnica de tornar comum um nome próprio é, muitas vezes, acompanhada de trocadilhos com outros nomes comuns. No exemplo reproduzido a seguir, são criados “trocadilhos com os nomes de escritores, escrevendo-os com uma letra minúscula e aproveitando sua semelhança sonora com nomes comuns” (KEMPINSKA, 2011, p. 239). A seguir, a reprodução de um poema no qual essa técnica é utilizada.

não creio
fosse maior
a dor de dante
que a dor
que este dente
de agora em diante
sente
não creio
que joyce
visse mais numa palavra
mais do que fosse
que nesta pasárgada
ora foi-se
tampouco creio
que mallarmé
visse mais
que esse olho
nesse espelho
agora
nunca
me vê

(LEMINSKI, 1983, p. 28, *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 239-240).

Outra possibilidade de utilização da mesma técnica equivale a tratar, como nomes de personagens, nomes de pessoas reais na medida em que, via de regra, enquanto os nomes de pessoas reais são vistos como não motivados, os das personagens da ficção são considerados motivados, pois se acredita que o autor criou o nome delas de forma consciente, refletida. São citados, a seguir, os exemplos fornecidos por Kempinska:

[...] o procedimento da encenação da motivação do nome próprio [...] lhe permite falar sobre a ironia onomástica no ensaio bibliográfico *Cruz e Sousa. O negro branco*: “Por caprichosa ironia onomástica, o fado do poeta já estava inscrito em seu nome e no da cidade onde nasceu: Cruz, Desterro” (LEMINSKI, 1983, p. 19). Da mesma maneira que Edgar Poe incorporou ao seu nome o “Allan” do pai adotivo, Cruz e Souza “assimilou sua contradição social, étnica e cultural, em nível onomástico, incorporando ao nome negro de João da Cruz, o Souza dos Senhores” (LEMINSKI, 1983, p. 20 *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 237).

Sobre a transformação de nome próprio em nome comum, a professora de Literatura acredita que esta técnica é especialmente eficaz no romance *Agora é que são elas*, no qual a moça desejada pelo protagonista-narrador chama-se Norma Propp. No romance, ela é filha de Vladimir Propp, personagem histórico que criou a análise estrutural da narrativa, resultando na mistura do fictício com o real.

Além disso, o primeiro nome da personagem é ressignificado pelo jogo com o seu homônimo: “Então, eu soube. Ela se chamava Norma. De normas, vocês sabem, o inferno está cheio” (LEMINSKI, 1983, p. 12 *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 237).

Técnica semelhante é usada por Leminski no poema “Information retrieval: a recuperação da informação”. Forja-se uma ambiguidade entre o nome próprio e o nome comum, mediante aproximação semântica do sobrenome *Campos*, dos irmãos Augusto e Haroldo de Campos, com o seu homônimo e com a palavra *território*:

com seu labor/valor/lavor
os campos já passaram
para dentro do território cultural
do brasileiro
alguns dos textos mais valiosos
do ponto de vista da invenção
da literatura mundial
de todos os séculos
(LEMINSKI, 1997, p. 69 *apud* KEMPINSKA, p. 238).

Por fim, a última técnica descrita no artigo é a que resulta no desdobramento do ato de batismo que transforma o nome próprio em “um espaço da disponibilidade, um lugar de passagem, uma abertura a outros nomes” (KEMPINSKA, 2011, p. 241). No texto abaixo transcrito, extraído da obra *Caprichos Et Relaxos* (LEMINSKI, 1983), explica Kempinska:

[...] o nome do jovem nobre polonês Józef Korzeniowski [...] cede lugar ao nome do escritor Joseph Conrad, este se metamorfoseia em nome do personagem do romance de Conrad, Lord Jim [...]. A metamorfose do nome próprio continua através da dupla *lord jim / childe harold*, que indiretamente evoca o pseudônimo do poeta romântico inglês Lord Byron [...] e que se configura no nome do personagem do seu poema épico Childe Harold (KEMPINSKA, 2011, p. 241-242).

de como

o polaco jan korzeziowsky

botou a persona/fantazia

de joseph conrad

e virou lord jim/childe harold

(LEMINSKI, 1983, p. 11, *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 241).

A análise de Kempinska sobre o uso dos nomes próprios na obra de Leminski chama a atenção por, indiretamente, remeter às características que o nome próprio de pessoa apresenta. Na seção seguinte, essas características são analisadas do ponto de vista onomástico.

8.1.4 O jogo estético de Leminski

Willian Bright, professor da Universidade de Colorado (USA), ao tratar da dificuldade de se definir o nome próprio, afirma que este tipo de palavra costuma ser escrita com letra inicial maiúscula em inglês e em outras línguas europeias, critério que, comenta, não pode, obviamente, ser utilizado para a linguagem oral, tampouco para sistemas de escrita como o da língua chinesa, na qual não há letras maiúsculas (BRIGHT, 2003, p. 270)³. A artificialidade e a insuficiência de utilizar, como critério, convenções ortográficas apontadas pelo linguista norte-americano foram também reveladas pelo poeta curitibano, cujas técnicas utilizadas nos jogos estéticos incluem tornar comum um nome próprio grafando-o com minúsculas.

Utilizando critérios semânticos e pragmáticos, Bright define o nome próprio como sendo aquele que representa uma convenção social para fazer uma referência rápida a uma entidade específica em oposição a uma classe de pessoas ou lugares. De modo a ilustrar sua definição, cita alguns exemplos:

³ Sobre o tema, veja-se o capítulo 5.

George pode fazer referência a “meu cunhado que é legalmente designado como *George Baker*; os *Bakers* referem-se a uma família de pessoas chamadas Baker (em contraste com “the bakers” – i.e. padeiros –; *América* pode se referir a “a nação que é legal e politicamente designada como os Estados Unidos da América” (BRIGHT, 2003, p. 671).

Para Bright, esta maneira de definir o nome próprio é superficial e simplista. Indo ao encontro do que discutimos no capítulo 3 deste livro sobre o que caracteriza a classe e as subclasses dos nomes próprios de pessoa, esse estudioso afirma que muito mais poderia ser e tem sido dito sobre o assunto, mas queria ele somente expor uma definição simples como ponto de partida, para posterior discussão (BRIGHT, 2003, p. 671). Tal definição também é ironizada pelo poeta curitibano quando faz um elenco com nomes de livros, de personagens, de pessoas reais e, inclusive, nomes abstratos na lista de convidados na obra *Agora é que são elas* (LEMINSKI, 1984).

Outro aspecto que é preciso ressaltar é a natureza opositiva dos nomes próprios apontada por Bright quando afirma que *Bakers*, nome de família, se opõe a *baker*, nome de profissão. Do ponto de vista sincrônico, a coincidência de significante torna estes nomes homônimos, homonímia que serviu como recurso poético a Leminski quando faz trocadilho com o sobrenome dos poetas concretistas, os irmãos *Campos*, seu homônimo, *campos*, a qual pode ser relacionada semanticamente à palavra território (LEMINSKI, 1997, p. 69). Do ponto de vista histórico, sabe-se que muitos sobrenomes têm, por origem, um nome comum que descrevia alguma característica do nomeado. Este é o caso dos sobrenomes *Trigo* e *Turra*. O primeiro é de origem portuguesa: inicialmente usado como alcunha, no século XIII já era usado como sobrenome (GUÉRIOS, 1981, p. 238); já o segundo é um sobrenome espanhol que etimologicamente significa ‘tonto, atoleimado’ (GUÉRIOS, 1981, p. 239).

Do artigo de Bright, convém retomar, ainda, suas observações a respeito da descritividade dos topônimos nas línguas indígenas nos Estados Unidos. Para o autor, são etnocêntricas as análises como as propostas por Ashley, para quem os nomes dados pelos ameríndios não são mais que descrições, já que *grande rio* pode ser qualquer rio largo e um nome ameríndio cuja tradução seja “onde há um monte de pedras” não é mais um nome em sentido estrito, assim como não o é a expressão “o açougue da esquina que fica aberto até meia-noite” (ASHLEY, 1996, p. 1.403 *apud* BRIGHT, 2003, p. 675).

Para Bright, é um erro pensar que, pelo fato de os topônimos indígenas norte-americanos apresentarem uma etimologia clara, não sejam topônimos ver-

dadeiros, e sim meras descrições. Argumenta Bright que isso também poderia ser dito da toponímia dos Estados Unidos, na qual há nomes como *Long Island*, *Great Falls* ou *Grand Canyon*.

Outra questão retomada por Bright gira em torno da questão gramatical de se saber o que distingue uma frase descritiva de um nome próprio, também cogitada por Leminski. Esmiuçando o trecho da obra *Agora é que são elas*, citado por Kempinska em seu artigo (LEMINSKI, 1984, p. 36, *apud* KEMPINSKA, 2011, p. 234), percebe-se que o elenco de nomes inclui descrições definidas. Há, por exemplo, *os entes imaginários mais queridos, a namorada do Marcelo e as pessoas de carne e osso*. A inclusão das definições no elenco torna-as permutáveis, portanto equivalentes aos nomes próprios. Cumpre observar aqui que a discussão filosófica sobre os nomes próprios – conforme descrevemos no capítulo 5 deste livro, onde comparamos as descrições definidas com os nomes próprios – é tema também útil para os estudos literários dos nomes ficcionais.

Outro aspecto a ser levantado diz respeito à transparência semântica dos nomes próprios. Afirma Bright que, em karuk e outras línguas americanas nativas, assim como na língua inglesa, há topônimos não analisáveis, como é o caso de *Londres*, *Paris* ou *Roma*. Com certeza, afirma o autor, todos estes nomes uma vez foram “descritivos”, mas a etimologia deles, há muito, tornou-se irrelevante para o uso linguístico, seu significado tendo ficado “perdido na poeira do tempo” (BRIGHT, 2003, p. 675).

Percebe-se, na análise de Bright, a crença na existência de um significado etimológico dos nomes próprios, o qual seria verdadeiramente descritivo. Esta mesma crença é utilizada por Leminski: existiria um significado etimológico dos nomes cuja verdade é preciso revelar. É o que ele se propõe a fazer, ironicamente, com o nome do poeta Cruz e Souza num ensaio bibliográfico (LEMINSKI, 1983).

As considerações de Bright (2003) dão respaldo linguístico à compreensão dos efeitos de sentido obtidos pelo poeta curitibano mediante as técnicas descritas por Kempinska (2011), chamando a atenção para a utilização de convenção ortográfica, o que define ou caracteriza um nome próprio. A existência de hominímia entre nome próprio–nome comum, a explicitação da motivação semântica dos nomes próprios vista como equivalente ao seu significado etimológico e a classificação dos nomes próprios de acordo com o ser a que o nome faz referência são tópicos de onomástica cujo estudo pode ser aprofundado pelas investigações desenvolvidas por Van Langendonck (2007).

Van Langendonck propõe, para os nomes próprios, uma definição mais elaborada do que a proposta, a princípio, por Bright. A proposta do primeiro

permite perceber exatamente o aspecto dos nomes próprios que o poeta põe em xeque: um nome próprio é um substantivo que denota uma entidade única, no nível da convenção linguística estabelecida, para torná-la psicológica e socialmente saliente no interior de uma dada categoria de nível básico (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 87).

A categoria de nível básico é responsável pela classificação do referente. A inclusão do significado categorial como parte do significado dos nomes próprios permite perceber exatamente o aspecto posto em xeque pelo poeta: é esta capacidade de catalogação dos seres que Leminski procura desativar com seu elenco aparentemente aleatório de nomes díspares.

Trata-se daquilo que Van Langendonck chama de *pressuposição categórica dos nomes próprios*. Os nomes próprios, afirma o autor, têm uma pressuposição categórica inerente, sem a qual não é possível conceber seu uso. Assim que um nome próprio é atribuído ao referente, explica o pesquisador, esse referente pertence a uma classe ou subclasse específica de entidades, havendo, por exemplo, nomes de homens, de mulheres, de países, cidades, rios, navios, etc. (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 72).

A distinção por ele proposta entre lema de nome próprio e função de nome próprio também é esclarecedora por permitir problematizar a questão de em que medida a motivação semântica dos nomes próprios está no estudo etimológico de seu significado na literatura e em outros meios. Há, assim, modos distintos de se investigar o nome próprio: como uma forma isolada, como uma forma linguística atrelada a um étimo e como uma forma linguística atrelada ao uso. Para se referir a este modo de analisar o nome próprio, o autor propõe o termo *lema de nome próprio (proprial lemas)* (VAN LANGENDONCK, 2007, p. 7).

Se, no uso linguístico, dificilmente se encontra quem saiba o significado etimológico dos prenomes, essa afirmação não é possível sobre o uso dos nomes próprios na literatura, necessariamente motivados. Este estado de coisas, contudo, é ironizado por Leminski quando cria motivações semânticas para o nome do poeta Cruz e Souza. Ao fazer isto, o escritor curitibano analisa o nome de um indivíduo do mesmo modo como se analisam nomes de personagens fictícios.

Como se viu, a utilização de antropônimos por Leminski está relacionada tanto com as convenções da língua portuguesa, quanto com o modo tradicional, etimológico, de nomear personagens. Enquanto, em Machado de Assis, os antropônimos que nomeiam as personagens estão relacionados a seus respectivos étimos, quer haja convergência ou divergência com relação ao significado literal ou etimológico dos nomes das personagens, Leminski cria, para seres reais,

motivações segundo o étimo e, em suas obras, utiliza técnicas que vão contra as convenções linguísticas descritas por nós nos capítulos 2 e 3 deste livro.

Comparando-se a análise apresentada para os usos literários dos antropônimos com as realizadas sobre usos não literários dos antropônimos e suas características linguísticas, percebemos que a descrição linguística dos nomes reais auxilia o estudo sobre como os nomes ficcionais são usados. A distinção entre descrição definida e nomes próprios, por exemplo, embasou o estudo dos nomes ficcionais ora descrito. Contudo, alguns aspectos sobre os usos dos nomes são mais salientes nos estudos literários, como é o caso do estudo da etimologia dos nomes, importante nos estudos literários dos nomes ficcionais, mas que não são imprescindíveis para o estudo linguístico dos nomes no eixo sincrônico da língua, motivo pelo qual, nos capítulos anteriores, não julgamos pertinente utilizar estudos etimológicos.

8.2 ANTROPÔNIMOS E MIGRAÇÃO

A partir da colonização do Brasil, a população brasileira tem se constituído, principalmente, por imigrantes e seus descendentes e pelo contato destes com os povos originários que já habitavam a região. No início, eram os portugueses, depois, além dos povos de origem africana, que foram introduzidos no território brasileiro de modo forçado, uma vez que foram escravizados, vieram também holandeses, franceses e espanhóis, entre outros. Nos séculos XVIII e XIX, chegaram migrantes de diversas origens, entre eles alemães e italianos em busca de terras férteis. Mais tarde, com as mudanças políticas e econômicas que acompanharam a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, levadas massivas de imigrantes europeus aportaram no porto de Santos, em São Paulo⁴. A última leva deste movimento ocorreu entre 1940 e 1950, quando o Brasil aceitou imigrantes que eram deslocados de guerra. No mesmo período, também foram acolhidos libaneses, sírios, japoneses e chineses. Atualmente coreanos, venezuelanos, colombianos, haitianos e alguns sírios têm aportado no Brasil.

Via de regra, ao chegarem ao país de destino, os imigrantes se inserem num contexto cultural e linguístico ao qual precisam se adaptar. Esta necessidade de adaptação caracteriza os migrantes de todas as épocas e nacionalidades como “um sujeito em uma situação intermediária, ou seja, [...] o indivíduo que se encontrava na transição entre a ruptura com a sociedade que deixara e a assimilação à nova” (ZEN, 2012, p. 7). Dependendo das políticas para estrangeiros

⁴ Nessa época, os imigrantes também chegavam pelo porto do Rio de Janeiro.

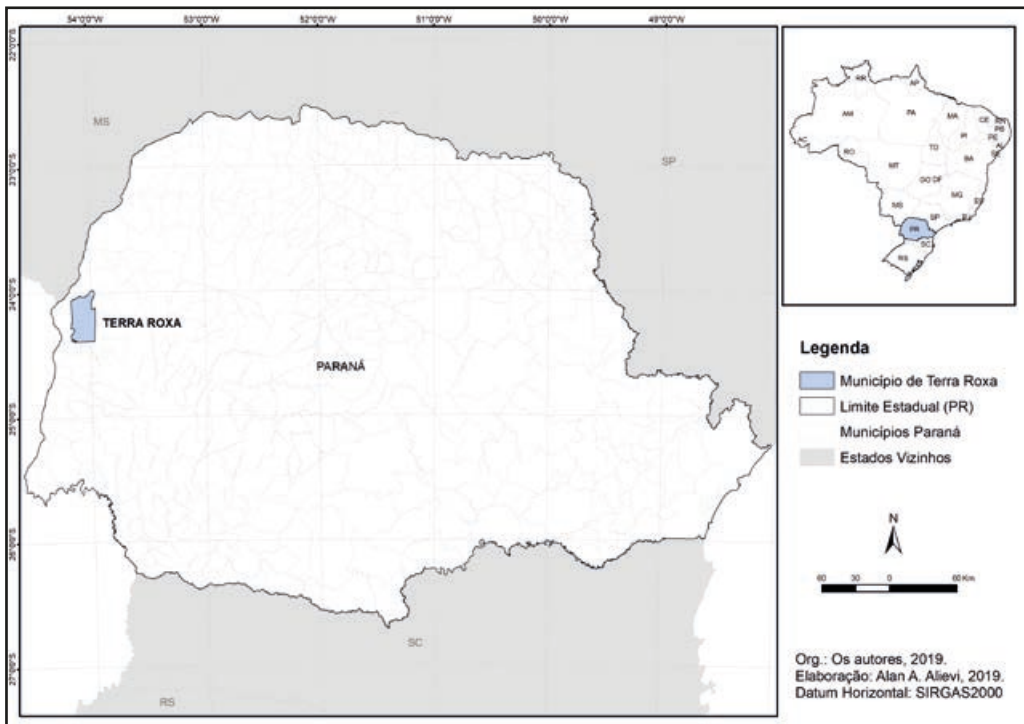
adotadas pelo país receptor, o imigrante pode ser visto negativa ou positivamente, como um colaborador ou como uma ameaça. Do ponto de vista do país do qual o imigrante saiu, muitas vezes, esperou-se que o emigrante promovesse a manutenção da língua e da cultura de origem, não obstante a adoção da cultura e da língua do país receptor.

Conforme se verá nesta seção, esta ambivalência constitutiva influencia a escolha dos nomes e as características gráficas e morfológicas dos sobrenomes e sinaliza mudanças de identidade. Para mostrar como isso ocorre, ao longo deste capítulo, apresentamos resultados de pesquisas nacionais que focam as escolhas antroponímicas de migrantes no Brasil.

8.2.1 A nomeação de descendentes de migrantes japoneses

Em 2007, Rosangela Martins Nabão defendeu dissertação de mestrado intitulada *O estudo de nomes próprios de nipo-brasileiros de Terra Roxa*, município da região oeste do estado do Paraná, cuja localização é mostrada no Mapa 8.1:

Mapa 8.1 – Localização do município de Terra Roxa no estado do Paraná



Fonte: Os autores. Elaboração: Alan A. Alievi.

A autora entrevistou 35 pessoas da comunidade nipo-brasileira do município e, com os dados coletados, conseguiu correlacionar a escolha e o uso de antropônimos – os nomes civis (os ortônimos) e os apelidos – dos imigrantes e de seus descendentes com o processo de adaptação cultural e linguística ao Brasil.

Nabão informa, com base em estudos anteriores de Handa (1987), Oguido (1988) e também da Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná (2006, p. 48), que os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil em 1908; desse ano até 1914, já haviam chegado 13.289 imigrantes, número que aumentou para 186.272 em 1941 e, em 1943, quando terminou a imigração massiva, totalizou 249.177 imigrantes. Segundo Oguido, o Brasil é o país que mais recebeu japoneses no mundo, e eles se concentraram em maior número no estado de São Paulo, seguido do estado do Paraná (OGUIDO, 1988, p. 227). Enquanto os japoneses que vieram ao Brasil são chamados de *issei*, a primeira geração de nascidos aqui é conhecida por *nissei*, a segunda, por *sansei*, a terceira, por *yonsei* e as subsequentes são chamadas de *gosei* (OGUIDO, 1988, p. 53).

Baseada no depoimento dos entrevistados, a pesquisadora confirmou que os imigrantes e descendentes que residem no município de Terra Roxa não vieram diretamente para lá. Antes disso, as famílias viviam no interior do estado de São Paulo trabalhando como agricultores, sendo que o fator de atração para o município era a possibilidade de comprar pedaços de terra a preços acessíveis. As famílias nipo-brasileiras começaram a chegar ao município paranaense entre 1956 e 1964. Segundo o Censo de 1970 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “havia, no município, 38 chefes de família que se reconheceram como pertencentes à etnia japonesa” (NABÃO, 2007, p. 53).

Esta onda migratória levou ao município os sobrenomes japoneses dos descendentes de primeira ou de segunda geração, os quais são citados pela pesquisadora que informa a existência, na região, de nomes de estabelecimentos comerciais formados por esses antropônimos (NABÃO, 2007, p. 53).

A análise dos antropônimos escolhidos para os filhos das primeiras famílias que se estabeleceram no município evidencia escolhas antroponímicas que apontam para modos diferentes de resolução do embate de normas antroponímicas, do conflito entre as normas do país de origem e as do país de chegada. Cumpre informar que os nomes apresentados e analisados por Nabão neste capítulo resultaram do cruzamento de duas fontes de dados, as informações dadas pelas pessoas por ela entrevistadas e os registros da *Associação Japonesa de Terra Roxa* sobre as famílias consideradas como sendo as pioneiras do município (NABÃO, 2007, p. 51-53).

Das oito famílias citadas, em duas, não há informação sobre os nomes dos filhos. Das seis famílias com informação de quais nomes foram escolhidos para os filhos, há duas famílias que escolheram, majoritariamente, prenomes únicos japoneses, numa atitude de manutenção da norma antroponímica do país de origem, conforme pode ser verificado no Quadro 8.1.

Quadro 8.1 – Famílias que escolheram, majoritariamente, prenomes únicos para os filhos

FAMÍLIA 1	
membro da família	prenomes
chefe de família	Minaji
esposa	Shizue
filhos	Mario Akira (exceção); Tadashi e Shiguelo
filhas	Yoshiko, Tiekô, Miekî (variante de Miki), Sumiko, Teruko
FAMÍLIA 2	
membro da família	prenomes
chefe de família	Hideo
esposa	Tiyo
filhos	Takeshi, Minoru e Nobuhide
filhas	Kimiko, Yoshiko, Misako, Kiyoko, Setsuko e Toyoko

Fonte: Nabão (2007).

O nome do primeiro filho da família, Mario Akira, embora seja a exceção que confirma a regra, indicia uma atitude distinta pela qual se procura atender a dois intentos: a de manutenção da cultura e língua de origem e a de adaptação à cultura e à língua do país onde se vive. Esta mesma atitude foi percebida na escolha do nome da esposa de outra família nipo-brasileira pioneira de Terra Roxa e na escolha dos nomes de filhos de três das famílias elencadas, conforme mostram os Quadros 8.2 e 8.3 a seguir.

Quadro 8.2 – Família com nome de esposa híbrido

FAMÍLIA 3	
Chefe de família	Sakae
Esposa	Tereza Emi <i>Tanabe</i>
Filhos	não informado
Filhas	não informado

Fonte: Nabão (2007).

Quadro 8.3 – Famílias que escolheram prenomes justapostos, o primeiro não japonês e o segundo japonês

FAMÍLIA 4 – prenomes	
Chefe de família	Tetsuo
Esposa	Tatsuko Yassue
Filhos	Valdemar Tadao, Alcides Hitoshi e Luis Mitsuro
Filhas	Irina Takiko
FAMÍLIA 5 – prenomes	
Chefe de família	Nagao
Esposa	Satsuki Akiyama
Filhos	Mario Toshio, Valdomiro Hissao, Emílio Mitio, Luis Tatasui e Edgard Sueyoshi
FAMÍLIA 6 – Prenomes	
Chefe de família	Juniti
Esposa	Shigee
Filhos	Nelson Massanori, Hilário Hikaru, Antonio Fukuo
Filhas	Maria Kofumi, Elisa Midori e Teresinha Haruka

Fonte: Nabão (2007).

No outro ponto de espectro, o Quadro 8.4 mostra o registro de uma família que escolheu para os filhos prenomes únicos não japoneses para os filhos:

Quadro 8.4 – Família que escolheu prenomes únicos não japoneses para os filhos

FAMÍLIA 7 – prenomes	
Chefe de família	Yoshikazu
Esposa	Aiko <i>Motizuki</i>
Filhos	Mauro, Carlos e Thiago
Filhas	Elza

Fonte: Nabão (2007).

A ocorrência de nomes justapostos híbridos chamou a atenção da pesquisadora por revelar a atribuição de uma identidade dupla aos seus portadores: japonesa, de um lado, e brasileira, de outro. Durante as entrevistas, os 30 in-

formantes foram questionados sobre qual era o nome de registro, o nome de batismo (os imigrantes se converteram ao catolicismo no Brasil), o nome pelo qual eram chamados na família e fora dela e se tinham apelidos. Analisamos os dados disponíveis em Nabão, considerando as informações obtidas para o maior conjunto de pessoas por período. Assim, dentre os entrevistados da geração *issei* (primeira geração de migrantes) e *nissei* (filhos de pais japoneses nascidos no Brasil) há pessoas nascidas entre 1929 e 1973. Consideramos os dados dos entrevistados que nasceram entre 1931 e 1940 (13 pessoas de um total de 35) e, para a geração *sansei* (neto de imigrantes japoneses), de pessoas nascidas de 1960 até meados da década de 1990, os entrevistados que nasceram entre 1960 e 1970 (16 pessoas de um total de 37).

Os entrevistados *issei* e *nissei* ou não informaram como eram chamados pelos pais ou informaram que o eram pelo nome japonês. Com relação a como são chamados fora de casa, na sociedade em que vivem, 60% afirmam que o são pelo nome japonês e 40% pelo nome “brasileiro”⁵. Cumpre informar que, com relação à totalidade de entrevistados dessas gerações, ser conhecido pelo nome não japonês está correlacionado ao seu portador ser comerciante (NABÃO, 2007, p. 99). Entre os *sansei* entrevistados, por sua vez, 100% são conhecidos na sociedade por seus nomes “brasileiros”, enquanto, em casa, 43,75% dos entrevistados são chamados pelo nome japonês. Perguntados sobre como eram chamados pelos avós, os que responderam à questão afirmaram que o eram pelo nome japonês, porém a maioria dos entrevistados preferiu não responder à pergunta (NABÃO, 2007, p. 104).

A diminuição de uso do nome japonês nas famílias e o reconhecimento social pelo nome “brasileiro” são indicadores da assimilação dos imigrantes ao país receptor e também indício de que houve troca linguística nas famílias, isto é, de que o idioma japonês foi sendo abandonado em prol do idioma oficial do Brasil: a língua portuguesa. Em outro capítulo de sua dissertação, ao tratar deste fenômeno, Nabão chega à conclusão de que, no Brasil, a língua japonesa apresenta “pouca vitalidade” (NABÃO, 2007, p. 76), tendo em vista uma pesquisa anterior realizada por nipo-brasileiros de Brasília e publicada em 1988 (NAWA, 1988). Cumpre esclarecer que a afirmação de Nabão não desprestigia a língua

⁵ Colocamos o adjetivo *brasileiro*, entre aspas, para indicar uma diferenciação feita pelos imigrantes e descendentes entre eles mesmos e os outros numa relação de alteridade que sinaliza as relações de identidade entre os grupos e também para não precisarmos nos ater à etimologia dos nomes, não importando, na verdade, se o nome é etimologicamente ou não português ou brasileiro.

japonesa, apenas constata que, a longo prazo, no Brasil, cada vez menos pessoas falarão o idioma como língua materna aprendida em casa, uma vez que, já em 1988, as pessoas mais idosas eram quem tinha a língua japonesa como língua materna, os mais jovens não mais a aprendiam em casa com os pais e uma minoria, dentre eles, a aprendia como língua estrangeira.

Percebe-se, assim, que o conflito entre normas antroponímicas entrevisto na escolha dos antropônimos não é um fenômeno que possa ser analisado isoladamente, mas sim no contexto mais geral da troca linguística, a qual costuma ser permeada por conflitos identitários. No caso dos nipo-brasileiros estudados por Nawa, eles se sentiam entre o apelo representado pela língua representante da tradição e da etnicidade e aquela cujo domínio era imprescindível para a sobrevivência e as coisas práticas da vida:

[...] se por um lado a aprendizagem da língua portuguesa era tida como instrumento de sobrevivência, havia, por outro lado, a resistência em nome da preservação das suas tradições culturais, porque acreditava-se que o “espírito japonês” era inculcado através da língua japonesa. Com o decorrer dos anos, porém, a interferência do português no padrão de fala dos imigrantes começava a recorrer com maior frequência. Devido ao ambiente sociolinguístico que não reforçava o repertório original, proporcionando, assim, uma exposição maior ao novo repertório (NAWA, 1988, p. 20).

Além disso, deve-se levar em consideração que a política nacionalista de Getúlio Vargas, a partir de 1940, proibiu que houvesse escolas e publicação impressa em línguas estrangeiras. Essa circunstância, aliada ao desfecho da 2ª Guerra Mundial, motivou os pais a considerarem crucial para a sobrevivência dos filhos a fluência na língua portuguesa, uma vez que não mais avaliavam como possível retornarem ao país de origem (NAWA, 1988, p. 21).

Desse modo, a influência dos fatores externos que apontamos brevemente e dos fatores internos, relativos à comunicação dos descendentes na família e na sociedade maior da qual fazem parte, resultaram no predomínio da língua portuguesa:

Entre os *issei* há uma predominância da língua japonesa acrescida de interferências do japonês no português; com os *sanseis*, ocorre exatamente o inverso, isto é, as interferências tanto no nível fonológico como no nível morfo-sintático são do português no japonês, por ser a língua portuguesa a mais usada (NAWA, 1989, p. 201).

Nawa informa que os nipo-brasileiros que fizeram parte de sua amostra demonstraram interesse em aprender a língua japonesa (NAWA, 1988, p. 42). Esta informação mostra que os netos de imigrantes não mais dominavam o idioma de

seus antepassados, do que se pode inferir que houve, na comunidade, o fenômeno da troca linguística.

Não obstante a troca linguística, cerca de metade dos entrevistados por Nabão em Terra Roxa, que estavam, na época, com mais de sessenta anos em 2006, ano em que as entrevistas foram realizadas, sabia o significado dos nomes japoneses. Dos 30 nomes masculinos mencionados nas entrevistas, os entrevistados forneceram o significado etimológico para 17 deles, e dos 30 nomes femininos citados, para 17 deles os informantes souberam fornecer seu significado etimológico (NABÃO, 2007, p. 111-112). Isso demonstra a importância que a origem do nome possui para o indivíduo nomeado e indica que o conhecimento etimológico do nome pode ser visto como um modo de manter alguma relação com o país de origem dos antepassados.

Com relação à escolha e ao uso de nomes “brasileiros” para os filhos, eles podem ser vistos como uma estratégia utilizada pela comunidade nipo-brasileira, tendo em vista uma melhor adaptação ao país receptor. Outras estratégias envolvendo práticas de nomeação também foram utilizadas pelos entrevistados de Nabão: a conversão religiosa resultando num novo nome pelo qual ser chamado, o nome de batismo, e a adoção de um apelido e/ou criação de um pseudônimo.

Sobre a conversão ao catolicismo, os entrevistados revelam que ou aos batizados era atribuído um nome escolhido pelo padre na hora do batismo ou o nome da madrinha ou do padrinho era escolhido. Também era usual o novo nome não ser registrado, não obstante sua aceitação social. Um exemplo destas práticas nomeadoras é relatado no trecho de entrevista abaixo transcrito:

- Por que todo mundo chama a senhora de Dona Helena?
- [Riso] é que via a alegria das festas da Igreja Católica, então perguntei para o padre o que devia fazer para ser batizada. Ele falou que precisava encontrar uma madrinha, então conversei com a professora de catequese e disse que gostava muito dela e queria que ela fosse minha madrinha e ter o seu nome.
- Então a senhora emprestou o nome da madrinha de batismo?
- É, eu não tenho o nome na carteira, é só no de batismo.
- E como a senhora prefere ser chamada?
- Os “brasileiros” sempre me chamam por Helena, eu gosto assim
(NABÃO, 2007, p. 101).

Outra prática nomeadora relatada é a criação de um nome “brasileiro” para si, um pseudônimo. Chamado de apelido pelos entrevistados, o sucesso de sua adoção foi variado. Após certo tempo, em decorrência de mudança do estado de São Paulo para o estado do Paraná, o pseudônimo caiu em desuso a favor do

nome japonês, o que indica a transitoriedade do pseudônimo, conforme revelam os trechos de entrevistas abaixo transcritos:

- Meu nome brasileiro é *Carmem*, mas ninguém conhece, acho que nem ele conhece [apontando para o marido].
- O nome *Nelson* é apelido, esse nome não existe, ele só existe aqui no Brasil!
- E o senhor tem um nome em português?
- Tem apelido...é *Joaquim* [ele ri]. É um apelido que andou por aí, mas lá em Terra Roxa ninguém sabe.
- Mas o senhor não se reconhece como *Joaquim*, se chamar o senhor de *Joaquim*, vai falar “será que é comigo”?
- As pessoas antigas me chamam de *Joaquim*, mas o certo é *Seu Nagao* mesmo (NABÃO, 2007, p. 100).

Considerando-se o conjunto dos entrevistados e dos dados coletados por Nabão, podemos concluir que a necessidade de adaptação à cultura e à língua do país receptor resultou na adaptação das práticas de nomeação e na escolha dos prenomes às práticas e aos prenomes brasileiros, fenômeno acompanhado pela troca linguística da língua japonesa para a língua portuguesa, talvez intensificada por casamentos mistos a partir da geração *sansei* (NABÃO, 2007, p. 73). A subseção seguinte fornece e avalia indícios deste processo em outra comunidade de imigrantes, no caso, minoritária, a dos imigrantes lituanos.

8.2.2 Práticas de nomeação no contexto de imigração lituana no Brasil

Ao longo desta subseção, resultados de pesquisa sobre a nomeação de descendentes de lituanos no Brasil (SEIDE, 2017) são comparados com os apresentados por Nabão com relação à comunidade nipo-brasileira de Terra Roxa.

Ao contrário da imigração japonesa, a lituana é minoritária no país. Esta afirmação é respaldada pelos números de lituanos que vieram ao Brasil no período de pico da imigração: de 1926 a 1930, o porto de Santos recebeu 25.721 imigrantes lituanos (ZEN, 2012, p. 51). Depois disso, entre 1945 e 1950, um número bem menor de imigrantes chegou ao Brasil como deslocados de guerra (ZEN, 2012). Outra diferença importante entre as comunidades pesquisadas está relacionada com o meio em que vivem: ambientação rural no caso dos nipo-brasileiros e urbana no caso dos lituanos e descendentes de lituanos, os quais se concentraram na capital de São Paulo, embora também haja pessoas morando no interior paulista, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Também há diferenças metodológicas que devemos informar. Enquanto os dados de Nabão foram coletados por entrevista e todos os nomes dos entrevistados

foram analisados, totalizando 33 nomes completos, os utilizados por Seide foram coletados em respostas de uma publicação num grupo fechado do *Facebook* “Sou brasileiro e descendente de lituano”. O nome da pessoa que fez a postagem e os nomes daqueles que a curtiram foram analisados, totalizando 55 nomes completos, sendo 32 femininos e 13 masculinos. A análise dos nomes coletados foi feita com base em dados históricos sobre a imigração lituana, em informação gramatical sobre os nomes e as práticas de nomeação lituanas e outras informações oriundas de observação participante do grupo do *Facebook* de dezembro de 2016 a março de 2017 (SEIDE, 2017, p. 12).

Não obstante a utilização de metodologias diferentes e as diferenças entre os grupos, há um resultado convergente: tanto entre os descendentes de japoneses quanto entre os de lituanos houve o fenômeno da troca linguística acompanhado de ocorrência de casamentos mistos. No caso dos membros do grupo do *Facebook*, isso foi percebido por vários indícios, sendo um deles o de que comentários escritos em lituano obtinham poucas respostas. Outro indício surgiu quando um membro do grupo perguntou ao grupo quem falava lituano e pediu a essas pessoas que colocassem comentários. Dos mais de 3.000 membros, apenas um respondeu. Outro indício importante é a popularidade de mensagens em português sobre histórias da Lituânia traduzidas por um membro lituano e bilíngue.

Importa ressaltar que, apesar de poder ser um tema tabu para algumas pessoas, especialmente para quem compartilha de um ideal de imigrante como aquele que deve manter a língua e as tradições culturais do país de origem, do ponto de vista sociolinguístico e histórico, o abandono da língua materna pelos imigrantes é um fenômeno corriqueiro e compreensível, tendo em vista que, como defende Janson:

As línguas não são peças de museu. São ferramentas a serem usadas, e quando as pessoas trocam de língua é porque, na situação que enfrentam, elas preferem a nova língua como meio de expressão para si mesmas e seus filhos. As razões frequentemente são semelhantes às que se aplicam ao Império Romano, bem como à China. Educação e cultura, religião, contatos com pessoas importantes, trabalho, dinheiro e poder entram em conta. Tudo isso se torna de mais fácil acesso quando alguém fala uma língua poderosa e numerosa do que quando permanece apegado a uma língua menor e sem poder. É por isso que frequentemente é vantajoso para as pessoas abandonarem sua língua nativa (JANSON, 2015, p. 112).

De modo geral, pode-se afirmar que os nomes e as práticas de nomeação do país receptor foram adotados pelos descendentes de ambas as origens, porém características linguísticas dos prenomes e dos sobrenomes lituanos resultaram em outros modos de adaptação, como veremos a seguir.

Entre os descendentes de japoneses, a adaptação cultural e linguística foi pautada pela conversão ao catolicismo, adoção de prenomes únicos justapostos, sendo um deles japonês e o outro “brasileiro” ou de prenomes “brasileiros”, além, é claro, de adoção do alfabeto da língua portuguesa para a escrita dos nomes e sobrenomes. Entre os lituanos, por sua vez, não houve conversão, já que a maioria é católica. As estratégias adaptativas à antroponímia brasileira adotadas, por sua vez, incluíram a escolha de prenomes conforme tendências antroponímicas do país receptor e a adaptação linguística dos sobrenomes à gramática da língua portuguesa, principalmente nos âmbitos da ortografia e da morfossintaxe. Cumpre informar que uma análise superficial dos nomes nas listas de passageiros de alguns dos navios que trouxeram os lituanos mostra que os sobrenomes foram adaptados ao idioma português já na lista. É quase certo que tais adaptações ocorreram por iniciativa de quem listou os passageiros, e não por escolha dos imigrantes. As adaptações então feitas foram mantidas, posteriormente, nos documentos brasileiros.

Na ortografia, há grafemas da língua lituana inexistentes na língua portuguesa: *ą / Ą; ę / Ę; è / È; į / Į; ū / Ū; č / Č; š / Š e ž / Ž*. Os sinais gráficos inferiores das vogais “a” e “e” indicam pronúncia outrora nasalizada (mas atualmente pronunciada como longa), o sinal superior das vogais “e” e “u” indica que a vogal é longa. Nas consoantes “č” e “ž” o sinal gráfico indica palatalização da pronúncia” (AMBRAZAS *et al.*, 1997, p. 13). Contudo, conforme observamos nos quadros a seguir, que visualizam os sobrenomes coletados, não há ocorrência dos citados grafemas na amostra de nomes de descendentes. Estas mudanças ortográficas acarretaram mudanças de pronúncia dos prenomes e dos sobrenomes e, algumas vezes, alteração da sílaba tônica de alguns nomes e sobrenomes.

No que se refere aos prenomes da amostra, quase não há nomes tipicamente lituanos. Foram registrados apenas dois prenomes femininos, *Dalia* e *Grazina* (grafado segundo a ortografia portuguesa, na grafia lituana seria *Gražina*), e um prenome masculino: o nome *Vitas*. Na antroponímia masculina, houve ocorrência de um nome espanhol: *Alonso*.

Os nomes escolhidos pelos pais (Quadros 8.5 e 8.6) apresentam características registradas em pesquisas anteriores sobre nomes próprios realizadas na região oeste do Paraná em municípios que não receberam imigrantes lituanos (GRESPLAN, 2012; VESCOVI, 2013; FRAI, 2016). Portanto, a escolha de nomes pelos pais desses descendentes de lituanos segue tendências antroponímicas brasileiras, a saber: variação ortográfica de prenomes masculinos com ou sem *-s* (por exemplo entre *Lucas* e *Luca*), uso de grafias inovadoras (como é o caso

de inserção do grafema *y* não etimológico) e resgate de grafia conforme o étimo (*Victor* e não *Vítor*, por exemplo).

No caso dos prenomes femininos (Quadro 8.6), observaram-se duas ocorrências de nomes que remetem a nomes italianos: *Angela* (DE FELICE, 1986, p. 66) e *Mariela*, do italiano *Marièlla* (DE FELICE, 1986, p. 251), escolhas que podem estar correlacionadas à predominância de sobrenomes de origem italiana nos sobrenomes dos descendentes (sobrenomes *Zuntini* e *Biazzini*, *Ferrite*, *Vantini*, *Codogno* e *Techio*). Também chamou nossa atenção a escolha do nome espanhol *María del Carmen*.

Quadro 8.5 – Prenomes masculinos de descendentes de lituanos

Alonso	Marco	Rogério
Clayton	Marcos Jorge	Valdemar
Joe (EUA)	Paulo	Victor
Ludio	Pedro	Vitas (nome lituano)

Fonte: Seide (2017).

Quadro 8.6 – Prenomes femininos de descendentes de lituanos

Adriane	Fatima	Mérupe
Anelia	Flávia Taynara	Natalia
Arlete	Geny	Neide
Babi	Gizela	Odete
Cecilia	Grazina (lituano)	Sandra Regina
Dalia (nome lituano)	Ines Angela	Silvia
Danita Sonia	Irene	Suely
Deise	Luciana (2 ocorr.)	Vanda Lucia
Domenica	Maria Augusta	Vanessa
Elisabete	Maria del Carmen	Vilma
Elvira	Mariela	

Fonte: Seide (2017).

Com relação aos sobrenomes encontrados na amostra, eles foram analisados segundo o étimo e, quando os sobrenomes apresentavam étimo lituano, foram feitas análises ortográficas e morfológicas pela qual indicou-se a raiz do sobrenome e sua terminação⁶. Os resultados são apresentados nos Quadros (8.7a), (8.7b), (8.8a), (8.8b) e (8.9a) e analisados a seguir.

Quadro 8.7a – Sobrenomes de homens descendentes de lituanos

Term. em <i>-as</i>	Term. em <i>-us</i>	Term. em <i>-is ou -s</i>	Term. em <i>-vičius</i>	Term. em <i>-auskas</i>
Svobon-as	Bluij-us	Kiliotat-is	Sinke-vicius	Zuk-auskas
		Selmistrait-s		Ram-asauskas
				Sventk-auskas

Fonte: Seide (2017).

Quadro 8.7b – Sobrenomes não lituanos de homens descendentes de lituanos

Lindolfo (lus.br)
Zuntini (italo)
Biazzi (italo)

Fonte: Seide (2017).

Quadro 8.8a – Sobrenomes de mulheres descendentes de lituanos

Term. em <i>-a</i>	Term. em <i>-as</i>	Term. em <i>-us</i>	Term. em <i>-is</i>	Term. em <i>-vičius</i>	Term. em <i>-ė (fem).</i>
Varkal-a	Tumen-as	Bendzi-us	Jasisk-is	Male-vicius	Jakait-ė
Ramosk-a	Pavilan-as		Rein-is	Linke-vicius	
Dragv-a					
Talack-a					

Fonte: Seide (2017).

⁶ O termo *terminação* é usado aqui para expressar, de modo geral, a sufixação e a declinação dos nomes de maneira conjunta, evitando-se análises linguísticas mais complexas que fogem ao escopo deste livro.

Quadro 8.8b – Sobrenomes de mulheres descendentes de lituanos formados por outros sufixos

Lit. em <i>-unas</i>	Lit. em <i>-auskas</i> (= o homem)
Aleksej-unas	Mur-auskas
Kavali-unas	

Fonte: Seide (2017).

Quadro 8.9 – Sobrenomes não lituanos de mulheres descendentes de lituanos

Ítalo	Outros	Lusos e/ou Bras.
Ferrite	Wilhelm (germânico)	Villaça
Vantini	Charoff (russo)	Marques
Codogno	Harder (alemão)	Correa
Techio	Tamashiro (japonês)	

Fonte: Seide (2017).

Os sobrenomes de alguns homens e de muitas mulheres de descendentes de lituanos indicam casamentos mistos entre descendentes com brasileiros e também com descendentes de outros descendentes de imigrantes (Quadros 8.7 a 8.9), haja vista que sobrenomes lituanos e sobrenomes não lituanos se combinam nos nomes completos que fazem parte da amostra. Outra característica dos sobrenomes que chama a atenção está no fato de todos os sobrenomes lituanos apresentarem os mesmos morfemas, independentemente de seu portador ser do sexo masculino ou feminino.

O idioma lituano é uma língua que se aproxima da língua latina por ser declinada em casos, gênero e número. No caso dos sobrenomes, além de eles serem declinados como o são todos os substantivos, recebem morfemas específicos quando uma mulher os porta. Nesse idioma, sobrenomes usados para indivíduos do sexo feminino apresentam um morfema para indicar que se trata de uma mulher solteira e outra para indicar que a mulher é casada. Quando se casa, a mulher passa a portar o sobrenome do marido e este passa a apresentar, no nome da esposa, um morfema indicador do estado civil, isto é, de sua condição de cônjuge. Esse funcionamento é assim exemplificado em um livro de lituano para estrangeiros: “O sobrenome *Butkus* [...] é usado para portadores do sexo masculino. Se o portador é uma mulher casada muda para

Butkienė, se a mulher é solteira será *Butkytė*. A partir de 2003, existe a possibilidade de a declinação do sobrenome ser feita mediante o morfema *-ė* : *Butkė*” (DŽEŽULSKIENĖ, 2014, p. 18).

Conforme as regras gramaticais da língua lituana, os sobrenomes das mulheres devem apresentar a terminação correspondente *-iene* ou *-ė* se são casadas ou *-tė* se são solteiras. Contudo, salvo um caso, na amostra, os sobrenomes não apresentaram esta mudança, logo, não há alternância de morfema usado para indicar o estado civil das mulheres. Este comportamento de manutenção de uma mesma forma para todas as portadoras do sobrenome segue o funcionamento morfossintático da língua portuguesa e não da língua lituana, já que nessa última o normal e esperado é que a terminação do sobrenome mude conforme o estado civil de quem o porta. Assim, na amostra coletada, há uma exceção que confirma a regra: o sobrenome *Jakaitė*. Este é o único sobrenome no qual o morfema que designa o estado civil de mulheres é usado.

Comparando-se os dados amostrais dos nomes de descendentes imigrantes nipo-brasileiros em Terra Roxa, no Paraná, e os nomes de descendentes de imigrantes lituanos no Brasil, percebe-se que houve adaptação aos prenomes e às práticas nomeadoras nos dois grupos, com a diferença de que, nos casos dos japoneses, na primeira geração de nascidos aqui, foram utilizados nomes japoneses justapostos ao primeiro prenome escolhido. No caso dos nomes dos descendentes, pode-se aventar uma hipótese que só poderia ser comprovada por realização de entrevista aos pais: a de que, num primeiro momento, pode ter havido tradução de nomes católicos da língua lituana para a língua portuguesa. Por exemplo, um menino ser chamado no Brasil de *Antônio* e não *Antanas*, como seria o mesmo nome no idioma lituano. Outra convergência encontrada está no fenômeno de troca linguística ocorrido nos dois grupos de descendentes.

No caso dos descendentes de japoneses que portam um nome japonês e um nome “brasileiro”, havia relações identitárias conflituosas, fenômeno registrado e analisado por Nabão em suas pesquisas, nas quais os mais jovens não quiseram informar, em entrevistas, na presença da família, se preferiam ser chamados pelo nome japonês ou pelo nome “brasileiro” (NABÃO, 2007, p. 143 e seguintes). Percebemos que esta não convergência entre a identidade desejada e a identidade atribuída pelos outros também está presente na comunidade de descendentes de imigrantes lituanos no Brasil. Ao ler ou ouvir os sobrenomes dos descendentes, um brasileiro pode perceber que há algo que o distingue dos sobrenomes mais comuns no país. Contudo, uma pessoa nascida

e criada na Lituânia pode avaliá-los da mesma forma, haja vista haver marcas linguísticas nos sobrenomes que indicam que seus portadores não são lituanos, mas sim descendentes de lituanos, a saber a ausência de certos grafemas e das terminações que indicam o estado civil das mulheres. Um dos membros da comunidade do *Facebook*, inclusive, talvez para evitar este tipo de divergência, recuperou a grafia original de seu sobrenome em seu nome de Facebook: em vez de usar a forma gráfica *Staude*⁷, ele utiliza a forma gráfica *Štaudė*, a qual recupera o modo pelo qual está registrada nos documentos lituanos do seu avô paterno (SEIDE, 2017).

Quando levamos em consideração que os migrantes portam duas identidades e podem fazer escolhas a respeito da identidade de seus filhos e de si mesmos pelos antropônimos escolhidos para nomear seus descendentes, nos surgem as seguintes alternativas lógicas: a) escolher tanto a identidade do país de partida quanto a do país de chegada; b) não escolher nenhuma delas; c) escolher a identidade do país receptor; ou d) optar pela identidade do país de origem. Do ponto de vista da Antroponomástica, o estudo de como ocorre a escolha dos nomes dos descendentes de imigrantes e de como são constituídos é de grande interesse, pois implica inovações e sinaliza as mudanças identitárias deste conjunto da população que tende a crescer cada vez mais na atualidade, marcada por intensos fluxos migratórios.

8.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Apresentamos abaixo uma síntese deste capítulo, que tratou da relação entre os estudos de antropônimos e diferentes áreas do conhecimento.

⁷ Do ponto de vista etimológico, esse sobrenome é de origem germânica, fato que remete ao histórico de migrações na Lituânia.

Quadro 8.10 – Síntese do capítulo 8

1. O estudo da antroponímia ficcional favorece o diálogo entre os estudos literários e os estudos linguísticos sobre os antropônimos, resultando em um enriquecimento recíproco.
2. Na linguagem literária, há nomeações ficcionais baseadas na norma linguística da época de ambientação da obra literária.
3. Também são frequentes as nomeações de personagens baseadas no significado etimológico dos nomes fictícios.
4. Alguns usos poéticos de antropônimos vão contra as convenções linguísticas.
5. A investigação da nomeação em contextos migratórios é outro exemplo de investigação interdisciplinar dos antropônimos.
6. Nesses contextos, a necessidade de se escolher entre normas, línguas e culturas evidencia as relações existentes entre a nomeação, a identidade, a língua e a cultura e requer estudos comparados dos sistemas antroponímicos do país de partida e do país de chegada.

